

PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Promédica - Proteção Médica a Empresas foi constituída em 4 de fevereiro de 1969 como sociedade civil, por cotas de responsabilidade limitada. Em 21 de setembro de 2007, através de Assembléia Geral Extraordinária, a Proteção Médica a Empresas transformou-se em sociedade anônima com a denominação de Promédica – Proteção Médica a Empresas S.A.

Constitui objeto da Companhia a operação de planos privados de assistência à saúde, através de meios de execução próprios ou credenciados, e a prestação de serviços hospitalares, médicos, fisioterápicos e laboratoriais, podendo, ainda, participar de outras sociedades e empresas, subscrevendo ações ou cotas.

É uma companhia de medicina de grupo, operadora de plano de saúde enquadrada no segmento primário principal, que atua segundo a regulamentação estabelecida pela lei nº 9.656/98 e legislação complementar.

Atualmente a Promédica opera preponderantemente com clientes pessoas jurídica através de planos de saúde empresariais, onde os contratos têm prazo determinado e podem ser rescindidos a qualquer momento por qualquer uma das partes, ou ainda por inadimplência, quando esta for superior a um prazo determinado contratualmente. Todavia, por conta do Plano Individual Blue Card, ainda possui cerca de 469 clientes pessoas físicas, cujos contratos são antigos e com prazo indeterminado.

A Sociedade é filiada à ABRAMGE – Associação Brasileira de Medicina de Grupo e dessa forma possibilita a seus beneficiários o atendimento em todo o território nacional para os casos de urgência e emergência.

A Promédica - Proteção Médica a Empresas S/A, vem adotando medidas para ampliar a sua estrutura de serviços próprios e, numa visão de longo prazo, investindo em programas de prevenção de doenças e promoção de saúde, devidamente aprovados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Como resultado desses investimentos espera-se a redução dos índices de sinistralidade a curto, médio e longo prazos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS.

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia

a) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as contas a receber, os tributos a recuperar, o valor recuperável do ativo imobilizado, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e provisões técnicas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização. Apuração do resultado:

- 1) **Receita:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pró-rata-dia, nos contratos com preços pré-estabelecidos.
- 2) **Custo:** Os eventos conhecidos ou avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do aviso de beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (PEONA), nos moldes da regulação em vigor.

c) Disponível

Incluem saldos de caixa e saldos positivo sem conta bancária de livre movimento.

d) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Companhia constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

e) Contraprestações pecuniárias a receber

São registradas se mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à: Contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde conforme a proporção pro rata dia da cobertura prestada. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais. A administração da Companhia revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira. Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de Receita Antecipada de Contraprestações.

A companhia não efetua o registro contábil na conta provisão para contraprestações não ganhas – PPCNG, pois todos os seus contratos têm o seu período de cobertura dentro de cada mês.

f) Créditos tributários e previdenciários

Decorrente de crédito de permuta comercial com contratante de plano de saúde, valores a receber de prestadores de serviço decorrentes de pagamentos indevidos e decorrentes de cobrança de adicional de sinistralidade.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as seguintes taxas:

	<u>Taxa Anual</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%

i) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período.

j) Provisões técnicas

Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA

A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada com base em metodologia atuarial própria, aprovada pela ANS. Constituída para fazer face ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela OPS.

Provisão de eventos a liquidar - PESL

Constituído a partir do faturamento dos serviços prestados pela rede credenciada, em respeito ao regime de competência.

Provisão para remissão

A Provisão para remissão é constituída integralmente, por metodologia atuarial estabelecida pela RN ANS nº 393/2015, no mês de competência do fato gerador do benefício previsto contratualmente, devendo ser suficiente para refletir a despesa assistencial esperada dos beneficiários durante todo o prazo restante do benefício.

Provisão para prêmios / contraprestações não ganhas

O cálculo da PPCNG apura a parcela de prêmios/contraprestações não ganhas, relativa ao período de cobertura mensal do risco, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, nos contratos em pré-pagamento, por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes na data base de sua constituição:

$$\text{PPCNG} = \text{Prêmio/contraprestação mensal} \times \frac{\text{período de risco a decorrer}}{\text{Período total de cobertura do risco}}$$

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment* quando aplicável são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram identificados ativos registrados com indicação de perda por *impairment*.

l) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações vinculadas às provisões técnicas			
Banco Bradesco/Selic/Setip	Diversas	11.625.985	10.205.592
Banco Bradesco S.A.	100% CDI	27.844	27.339
		11.653.829	10.232.931
Aplicações não vinculadas			
Banco Daycoval S.A. (CDB)	100% do CDI	4.201.459	5.596.882
Banco Bradesco	100% do CDI	415.165	351.065
Banco Bradesco - Capitalização		175.859	251.037
Banco do Brasil S/A		30.938	30.407
Banco Safra S/A		19.190	19.496
Banco ABC - Brasil S/A	100% CDI	25.410.477	34.465.657
Banco Santander S/A	95% CDI	3.001.852	4.039.355
Banco Caixa Econômica Federal	95% CDI	820.501	800.000
Porto Seguro Capitalizações S/A		37.279	37.281
		34.112.720	45.591.180
		45.766.549	55.824.111

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

<u>Créditos com operações com plano de assistência à saúde</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Planos coletivos	11.584.137	17.081.659
Planos individuais – Blue Card	2.260.420	2.372.196
Provisão para devedores duvidosos	(1.996.363)	(1.828.423)
	11.848.194	17.625.432

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES ASSISTENCIAIS À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE

Contas a receber de outros serviços	2020	2019
Serviços médicos eventuais - SME	1.477.786	1.450.782
Serviços de terceirização de mão de obra	192.695	519.565
Cartões de crédito	129.303	108.566
Serviços laboratório – Datalab	156.250	48.503
Clientes TRT	(14)	(14)
Provisão para devedores duvidosos	(9.574)	(6.404)
	1.946.446	2.120.998

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

O valor dos tributos a recuperar está composto da seguinte forma:

	2020	2019
Circulante		
ISS	8.530.553	8.528.478
Imposto de renda	631.088	2.198.831
INSS	1.150.345	1.150.345
Contribuição social	-	497.938
PIS e COFINS	64.194	58.654
	10.376.180	12.434.246
Não circulante – Realizável a longo prazo		
PIS	9.667.370	9.161.865
	9.667.370	9.161.865

ISS a recuperar

Referem-se às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes – Órgãos Públicos e privados e aquisição de créditos de ISS de terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Referem-se, basicamente, às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes – Órgãos Públicos e Privados e sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

INSS a recuperar

A Companhia entrou com mandado de segurança objetivando a suspensão da exigibilidade de crédito tributário referente à contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos aos seus empregados relativos aos primeiros quinze dias de afastamento anteriores ao auxílio-doença ou auxílio-acidente, a título de salário-maternidade, férias e respectivo adicional (terço constitucional).

PIS e COFINS a recuperar (Circulante)

Referem-se, basicamente, às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes – Órgãos públicos e privados.

PIS a recuperar (Não circulante)

O valor referente ao PIS a recuperar é decorrente do êxito obtido em processo judicial transitado em julgado referente à cobrança indevida desse tributo, entre os exercícios de 1989 e 1995, que encontra-se em fase de execução.

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Títulos e créditos a receber	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	18.254.795	5.801.801
Dividendos a receber	842.223	842.223
Aplicações – Banco Brasileiro de Descontos S/A	726.095	726.095
Outros adiantamentos	157.098	48.899
Cheques de terceiros	35.025	35.025
Adiantamentos a funcionários	5.045	43.761
Adiantamentos a viagem	362	363
Outros	4.936	4.936
Total	20.025.579	7.503.103
Circulante	19.294.548	6.772.072
Não circulante	731.031	731.031

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Referem-se a depósitos para assegurar discussões judiciais de tributos e contribuições sociais, bem como de reclamações trabalhistas e cíveis, como segue:

Depósitos Judiciais e Fiscais	2020	2019
Cível e defesa do consumidor	2.816.090	2.478.743
Ações trabalhistas	1.220.415	1.149.516
Tributárias	1.078.688	1.078.688
	5.115.193	4.706.947

9. IMOBILIZADO

	2020		2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	7.880.000	(2.013.584)	5.866.416	6.113.408
Terrenos	5.680.000	-	5.680.000	5.680.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.685.745	(3.684.973)	772	63.658
Equipamentos	3.618.423	(2.618.063)	1.000.360	1.042.498
Móveis e utensílios	3.475.887	(3.230.380)	245.507	286.958
Equipamentos de informática	2.889.269	(2.520.120)	369.149	441.662

	2020			2019
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	317.173	(314.305)	2.868	3.494
Veículos	94.020	(94.020)	-	-
Outras imobilizações	67.300	-	67.300	67.300
	27.707.817	(14.475.445)	13.232.372	13.698.978

Movimentação do imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	3.450.192	25.698	-	3.475.890
Equipamentos	3.498.884	122.098	(2.559)	3.618.423
Instalações	317.173	-	-	317.173
Equipamentos de informática	2.803.532	85.738	-	2.889.270
Veículos	94.021	-	-	94.021
Outras imobilizações	67.300	-	-	67.300
Edificações	7.880.000	-	-	7.880.000
Terrenos	5.680.000	-	-	5.680.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.685.745	-	-	3.685.745
Total do custo	27.476.847	233.534	(2.559)	27.707.822
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	(3.163.234)	(67.149)	-	(3.230.383)
Equipamentos	(2.456.386)	(162.850)	1.173	(2.618.063)
Instalações	(313.679)	(626)	-	(314.305)
Equipamentos de informática	(2.361.870)	(158.251)	-	(2.520.121)
Veículos	(94.021)	-	-	(94.021)
Edificações	(1.766.592)	(246.992)	-	(2.013.584)
Terrenos	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.622.087)	(62.886)	-	(3.684.973)
Total da depreciação	(13.777.869)	(698.754)	1.173	(14.475.450)
Total do imobilizado	13.698.978	(465.220)	(1.386)	13.232.372

Movimentação do imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Móveis e utensílios	3.461.419	83.000	(94.227)	3.450.192
Equipamentos	3.151.137	368.511	(20.764)	3.498.884
Instalações	317.173	-	-	317.173
Equipamentos de informática	2.692.334	116.896	(5.698)	2.803.532
Veículos	94.021	-	-	94.021
Outras imobilizações	67.300	-	-	67.300
Edificações	7.880.000	-	-	7.880.000
Terrenos	5.680.000	-	-	5.680.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.685.745	-	-	3.685.745
Total do custo	27.029.129	568.407	(120.689)	27.476.847
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Móveis e utensílios	(3.148.332)	(102.202)	87.300	(3.163.234)
Equipamentos	(2.304.026)	(152.360)	-	(2.456.386)
Instalações	(311.041)	(2.638)	-	(313.679)

Equipamentos de informática	(2.169.543)	(192.327)	-	(2.361.870)
Veículos	(94.021)	-	-	(94.021)
Edificações	(1.519.600)	(246.992)	-	(1.766.592)
Terrenos	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.406.451)	(215.636)	-	(3.622.087)
Total da depreciação	(12.953.014)	(912.155)	87.300	(13.777.869)
Total do imobilizado	14.076.115	(343.748)	(33.389)	13.698.978

A depreciação contabilizada no exercício montou a R\$698.754 (em 2019, R\$912.155) sendo apropriada às despesas operacionais.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos as empresas devem efetuar análises periódicas para verificar o grau de recuperação dos ativos não financeiros. A Administração da Companhia entende que não há necessidade de constituição de provisão com perdas do valor recuperável “impairment” dos bens integrantes do ativo imobilizado.

10. INTANGÍVEL

	2020			2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Marcas e patentes	103.495	-	103.495	101.583	
Softwares	1.797.817	(1.577.969)	219.848	280.266	
Outros	225	-	225	225	
Total do intangível	1.901.537	(1.577.969)	323.568	382.074	

Movimentação do intangível durante os exercícios de 2020 e 2019:

Contas	Saldo em31/12/2018	Adições	Saldo em31/12/2019	Adições	Saldo em31/12/2020
Custo					
Marcas e patentes	90.066	11.517	101.583	1.912	103.495
Software	1.718.502	29.160	1.747.662	50.155	1.797.817
Outros	225	-	225	-	225
Total	1.808.793	40.677	1.849.470	52.067	1.901.537
Amortização					
Software	(1.351.114)	(116.282)	(1.467.396)	(110.573)	(1.577.969)
Total	(1.351.114)	(116.282)	(1.467.396)	(110.573)	(1.577.969)
Total geral	457.679	(75.605)	382.074	(58.506)	323.568

Em atendimento à deliberação CVM nº 553 e o CPC 04 – Ativo Intangível, os gastos com o desenvolvimento ou aquisição de softwares e marcas e patentes, foram transferidos do ativo imobilizado para o ativo intangível. A amortização do exercício montou a R\$110.573 (em 2019, R\$116.282), sendo apropriadas às despesas operacionais.

11. PROVISÕES TÉCNICAS

	2020	2019
Provisão de eventos – SUS (1) ...	5.964.424	6.869.129
Prestadores rede contratada (2) ...	2.019.568	2.417.937
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (3) ...	8.332.166	9.443.580
Provisão para remissão (4)...	364.559	334.786
Provisão para contraprestações não ganhas (5) ...	363.307	325.898
Total	17.044.024	19.391.330
Circulante	15.237.815	16.599.784
Não circulante	1.806.209	2.791.546

- 1) Eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS;
- 2) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à entidade;
- 3) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em método definido pela RN 209/09, e alterações, a qual está registrada integralmente;
- 4) Constituída em virtude de a operadora conceder o benefício da remissão aos seus beneficiários, conforme definido pela RN 393/2015;
- 5) Provisão constituída para fazer frente à cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, e revertida mensalmente com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

O valor da Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA, constituída em 31 de dezembro de 2020, era de R\$8.332.166 (em 2019, R\$9.443.580).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Instituição	Taxa média de juros e atualizações	2020	2019
Conta garantida – Caixa Econômica Federal	CDI Cetip + 0,30% de sobre preço	7.221.177	7.955.574
Limite especial – Banco do Brasil	-	32.859	28.345
Limite especial – Banco Safra	-	1.782	-
Capital de giro – Banco Bradesco	0,54% a.m. e 1,34% a.m.	345.321	1.360.799
Limite especial – Banco Santander	100% do CDI + 0,57% a.m.	1.230	701
Total		7.602.369	9.345.419
Circulante		3.908.202	9.217.919
Não circulante		3.694.167	127.500

13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2020	2019
Encargos sociais e trabalhistas		
INSS	989.735	1.509.331
INSS retido de terceiros	357.721	378.598
FGTS	66.853	169.666
Outros	13.303	14.347
	1.427.612	2.071.942
Tributos a recolher		
ISS	11.248.011	14.203.563
PIS/COFINS/CSLL retido	585.417	715.767
COFINS	297.283	845.676
IRRF sobre terceiros	341.999	482.498
PIS	347.858	435.069
	12.820.568	16.682.573
Parcelamentos		
PRT - Programa de regularização tributária (Previdenciário)	594.042	749.624
PRT - Programa de regularização tributária	869.828	1.103.197
INSS – parcelamento	1.638.881	1.688.075
REFIS da Copa – Demais débitos	1.484.862	1.634.706
REFIS da Copa - Previdenciário	517.804	570.059
ISS – parcelamento	886.178	-
	5.991.595	5.745.661
Total	20.239.775	24.500.176
Circulante	8.815.140	11.276.345
Não Circulante	11.424.635	13.223.831

PRT – Programa de regularização tributária

No exercício de 2017, a companhia protocolou, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, termo de opção pelo Programa de regularização tributária – PRT, instituído pela Medida Provisória nº 766/2017.

O PRT é o benefício previsto no artigo 3º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 152, de 02 de fevereiro de 2017, que tem por objeto a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016. Trata-se de forma de parcelamento para fins de regularização de débitos junto à PGFN. Os contribuintes podem efetuar pagamento da dívida consolidada em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, calculadas observando-se os percentuais mínimos previstos na MP 766/2017.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor consolidado era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas a pagar	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo	Valor – R\$ Total
PRT - Débitos Previdenciários	40	198.014	396.028	594.042
PRT - Demais Débitos RFB	41	275.799	594.029	869.828

INSS parcelamento

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas a pagar	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo	Valor – R\$ Total
617945462	40 a 56	533.147	1.105.734	1.638.881

REFIS da Copa

No exercício de 2014, a Companhia protocolou, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, termo de opção pelo Parcelamento Refis da Copa, instituído pela Lei nº 12.996/2014.

O Refis da Copa destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no REFIS da Crise – Lei 11.941/2009 ou nos parcelamentos ordinários.

Até o dia 1º de dezembro de 2014, os contribuintes poderiam pagar ou parcelar em até 180 meses seus débitos tributários, conforme estabelecido na Lei, com os descontos e prazos especiais previstos no art. 1º da Lei 11.941/2009.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo	Valor – R\$ Total
DARF 4750	108	190.763	1.294.099	1.484.862
DARF 4720	109	66.507	451.297	517.804

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As ações jurídicas em que a Companhia é parte não geram expectativas de perdas, tendo em vista que são substancialmente decorrentes de obrigações de fazer, cujas liminares já foram cumpridas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2020 é composto de 52.936.917 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor – R\$</u>
Proinvest Empreendimentos e Participações Ltda.	49.702.519	49.702.519
Espólio de Jorge Valente Filho	3.197.290	3.197.290
Outros	37.108	37.108
Total	52.936.917	52.936.917

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2019 é composto de 47.936.917 ações, no valor nominal de R\$1,00 cada.

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor – R\$</u>
Proinvest Empreendimentos e Participações Ltda.	44.702.519	44.702.519
Espólio de Jorge Valente Filho	3.197.290	3.197.290
Outros	37.108	37.108
Total	47.936.917	47.936.917

b) Reserva de reavaliação

No exercício de 2004 a Controlada Promédica Patrimonial S/A – Propat contratou uma empresa especializada para efetuar uma avaliação patrimonial dos bens integrantes do seu ativo imobilizado. A Companhia registrou neste mesmo exercício a reavaliação reflexa no montante de R\$1.250.448.

Consoante facultado pela Lei 11.638/07, a Companhia decidiu manter os saldos existentes na conta de reserva de reavaliação, até a sua efetiva realização. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia realizado a totalidade da reserva, no montante de R\$467.391.

c) Dividendos

A Administração da Companhia não distribuiu dividendos nos exercícios de 2020 e 2019.

16. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos – Carteira de planos individuais / familiares antes da Lei nº 9.656/1998	3.227.090	2.781.344
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos – Carteira de planos coletivos empresariais antes da Lei nº 9.656/1998	3.212.775	4.486.155
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos – Carteira de planos coletivos empresariais após a Lei nº 9.656/1998	238.642.333	251.233.384
Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido–plano individual/familiar (individual regulamentado) após a Lei nº 9.656/1998.	21.990.362	2.048.091
Outros	1.423.567	1.831.445
Total	268.496.127	262.380.419

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médico Hospitalares - Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2019 e 2018 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - Carteira de Planos Individuais / Familiares antes da Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2020

	Consulta				Outros	
	Médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Total
Rede própria	852.444	174.853	114.608	516.084	840.202	2.498.192
Rede contratada	39.278	161.222	9.780	495.566	23.050	728.897
Total	891.722	336.075	124.388	1.011.650	863.252	3.227.089

Exercício de 2019

	Consulta				Outros	
	Médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Total
Rede própria	632.055	412.896	142.221	621.273	672.981	2.481.426
Rede contratada	33.132	53.630	10.025	194.114	9.017	299.918
Total	665.187	466.526	152.246	815.387	681.998	2.781.344

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – Planos coletivos empresariais antes da Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2020

	Consulta				Outros	
	Médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Total
Rede própria	26.469	114.649	9.938	1.192.442	916.476	2.259.974
Rede contratada	80.383	204.984	112.910	394.859	134.187	927.323
Reembolso	4.212	3.420		17.843		25.475
Total	111.064	323.053	122.848	1.605.145	1.050.663	3.212.774

Exercício de 2019

	Consulta				Outros	
	Médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Total
Rede própria	111.093	233.115	35.273	2.100.550	1.066.535	3.546.566
Rede contratada	75.903	198.725	22.243	513.991	85.243	896.105
Reembolso	12.206	1.792	630	26.863	1.993	43.484
Total	199.202	433.632	58.146	2.641.404	1.153.771	4.486.155

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido –planos coletivos empresariais após a Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2020

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total
Rede própria	579.131	11.751.202	656.971	63.521.162	48.988.511	125.496.977
Rede contratada	9.262.395	22.981.316	3.577.547	55.555.635	20.562.727	111.939.620
Reembolso	383.165	296.877	201.704	63.438	260.552	1.205.737
Total	10.224.691	35.029.395	4.436.222	119.140.235	69.811.790	238.642.333

Exercício de 2019

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total
Rede própria	8.678.310	26.916.541	2.682.834	69.471.063	42.904.121	150.652.868
Rede contratada	8.760.183	22.071.195	3.457.661	47.980.720	17.094.226	99.363.985
Reembolso	418.190	240.865	307.833	60.285	189.358	1.216.531
Total	17.856.683	49.228.601	6.448.328	117.512.068	60.187.705	251.233.384

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido–plano individual/familiar (individual regulamentado) após a Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2020

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total
Rede própria	709.955	1.228.871	3.938	8.283.565	4.897.579	15.123.908
Rede contratada	892.160	1.209.224	227.913	3.752.921	775.408	6.857.626
Reembolso	4.584	3.904			339	8.827
Total	1.606.699	2.441.999	231.851	12.036.486	5.673.326	21.990.362

Exercício de 2019

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total
Rede própria	686.279	747.389	23.795	100.010	121.158	1.678.630
Rede contratada	90.351	90.056	18.261	139,482	31.309	369.461
Total	776.630	837.446	42.056	239.492	152.467	2.048.091

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2020	2019
Pessoal	(18.743.641)	(11.059.289)
Material auxiliar médico	(19.082.189)	(4.444.646)
Serviços de terceiros (1)...	(33.622.541)	(22.076.224)
Localização e funcionamento (2)...	(5.027.775)	(1.727.531)
Outros materiais	(9.465.424)	(2.886.441)
Depreciação e Amortização...	(807.113)	(1.032.948)
Propaganda e Publicidade...	(1.970.400)	(2.083.175)
Tributos (3)...	(2.335.305)	(2.100.883)
Outras...	(5.849.539)	3.052.720
Total	(96.903.927)	44.358.417

(1) Serviços advocatícios e de consultoria, além de serviços de apoio administrativo e operacional, entre outros.

(2) Utilização e manutenção das instalações da Companhia, como luz, água, serviços de manutenção, segurança etc.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente.

	31/12/2020	
	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	7.836.219	7.836.219
(+) Adições à base de cálculo		
Brindes	29.901	29.901
Donativos	25.400	25.400
Contribuição social	790.406	790.406
Outras adições (gratificações)	100.365	100.365
(-) Exclusões a base de cálculo		
Equivalência patrimonial	-	-
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	8.782.291	8.782.291
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-
(=) Lucro real após a compensação de prejuízos fiscais	8.782.291	8.782.291
Alíquota oficial do tributo	15%	9%
Adicional	10%	0%
(-) Incentivo fiscal – PAT	(52.694)	-
(=) Tributo apurado	2.118.879	790.406

	31/12/2019	
	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	6.437.025	6.437.025
(+) Adições à base de cálculo		
Brindes	72.563	72.563
Doações	32.240	32.240
Multas indedutíveis	158	158
Contribuição social	655.486	655.486
Outras adições (gratificações)	85.706	85.706
(-) Exclusões a base de cálculo		
Equivalência patrimonial	-	-
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	7.283.178	7.283.178
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-
(=) Lucro real após a compensação de prejuízos fiscais	7.283.178	7.283.178
Alíquota oficial do tributo	15%	9%
Adicional	10%	0%
(-) Incentivo fiscal – PAT	(43.699)	-
(=) Tributo apurado	1.753.096	655.486

19. RESULTADO DO EXERCÍCIO E DESTINAÇÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 5.717.340 (em 2019, R\$4.683.927). A Companhia destinou R\$ 285.867 (em 2019, R\$234.196), para constituição de reserva legal e R\$5.431.473 (em 2019, R\$4.449.731) para constituição de reserva de lucro a realizar.

20. POLÍTICAS DE SEGUROS

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e não mantém seguro de responsabilidade civil.

21. CONTINGÊNCIAS

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados contabilmente, com o objetivo de administrar a disponibilidade de suas operações e suprir as necessidades de caixa. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos, ou outros instrumentos especulativos nos exercícios de 2020 e 2019.

23. CONSOLIDAÇÃO

Conforme facultado pelo do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, item 10, aprovado pela Resolução CFC nº 1.240/2009 e Deliberação CVM nº 608/2009, a Companhia optou por não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, por se tratar de uma controlada da PROINVEST, que detém 90,23% do seu capital social, a qual realizará a consolidação (em 2016, 88,51%).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Efeito do coronavírus nas demonstrações financeiras

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta sobre uma nova doença na cidade chinesa de Wuhan. Em janeiro de 2020 foi anunciado que esta doença é denominada Coronavírus (COVID19), sendo comprovada a transmissão entre pessoas fora da China, atingindo diversos países como EUA, Itália, Coreia do Sul, Irã, Turquia, Rússia e Austrália. Em fevereiro de 2020 foram confirmados casos no Brasil.

A administração diante da pandemia do novo Coronavírus - COVID-19 tem adotado medidas para minimizar os impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação. A Companhia mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais.

A Administração continua monitorando os desdobramentos recorrentes da pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos de qualquer natureza, uma vez que não é possível mensurar com precisão os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes da pandemia causada pelo novo Coronavírus. Até a data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Administração não identificou indícios de fatos que possam alterar significativamente as avaliações realizadas ou indicar que a Companhia poderá comprometer a capacidade de manter a sua continuidade operacional, tampouco às suas estimativas e julgamentos contábeis.
